



Handwritten signature and initials in blue ink.

Relatório de Gestão

Senhores acionistas:

No cumprimento do mandato que nos foi confiado e cumprindo o estabelecido no Código das Sociedades Comerciais, vimos por este meio submeter à vossa apreciação o Relatório e Contas relativos ao exercício económico de 2022/2023.

Nota para a situação volátil que se vive em toda a Europa, devido nomeadamente à guerra na Ucrânia, que ainda que indiretamente, afeta toda a estrutura desportiva das sociedades, não só com o escalar do preço dos produtos, mas também com a desconfiança dos investidores numa altura que nenhum setor se torna atrativo devido a incerteza macroeconómica.

Enquadramento

Como já é habitual, a época a que este Relatório diz respeito foi de extrema dificuldade para a Leixões Sport Clube – Futebol, SAD. O excessivo peso do passivo da Sociedade tem asfixiado a capacidade de criar riqueza interna e, não existindo vendas com valores bastante significativos, o Resultado do Exercício não pode ser favorável.

Desta forma, fomos obrigados a gerir minuciosamente a relação existente com todos os nossos fornecedores, de modo que todos os pagamentos ocorressem de acordo com a nossa capacidade em cumprir com os mesmos.

Em simultâneo, continuaram a ser criadas as melhores condições para a manutenção da equipa na Liga 2 SABSEG, não descurando a procura de objetivos mais ambiciosos, seja a luta pela subida de divisão, seja na continuidade na Taça de Portugal.

Atividade Desportiva

A época desportiva de 2022/2023 foi marcada por mais uma época de consolidação dos resultados desportivos da equipa principal, e novamente por uma forte valorização das equipas sub23 s "B", devido aos bons resultados atingidos.

A equipa terminou a Liga Portugal 2 no 15º lugar, num percurso que teve muitos altos e baixos, que lutou e conseguiu a manutenção.

Na Taça de Portugal, a equipa foi eliminada nos oitavos de final pelo FC Famalicão, um resultado que se pode considerar normal, uma vez que se trata de uma equipa da Primeira Liga, terminando o seu campeonato na primeira metade da respetiva tabela.

Ainda no que se refere à equipa principal, a equipa lutou até à última jornada pelo apuramento para a *Final Four* da Taça da Liga, que ficou a um escasso ponto.

A equipa sub23 fez um campeonato abaixo dos pergaminhos que tem mostrado na prova, obtendo o último lugar da fase regular (na respetiva zona) e o antepenúltimo da fase final, não se tendo, assim, apurado para a Taça Revelação.



Em sentido contrário, a equipa “B” voltou a conquistar o Campeonato Distrital da AFP, agora referente à 1.ª Divisão, subindo à Divisão de Honra.

Atividade Económica

No ano financeiro que agora termina apresentamos um resultado líquido negativo de € 870 390,11, que compara negativamente com os € 452.676,44 negativos apresentados no ano transato, mas bem melhor que os € 2.260.097,65 da época 2020/2021. De salientar que, durante a época 2022/2023 continuou-se a sentir o forte impacto na economia causado pela pandemia, causadora de uma contração global no mercado de transferências, tanto nacional como internacional, o que afetou substancialmente a nossa capacidade de venda de ativos (jogadores). A grande diferença, quando comparamos as demonstrações financeiras desta e da época anterior, reside na cedência desportiva de jogadores (- 940 m€), mas importa salientar que, no final da época, colocámos um jogador na Arábia Saudita por US\$ 800.000,00, verba essa que, contabilisticamente, só terá relevância no próximo exercício.

Factos relevantes para os Acionistas

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, na salvaguarda da manutenção do Capital Próprio, cumpre-nos informar os acionistas de que o Capital Próprio da Leixões Sport Clube Futebol SAD se mantém negativo. Apesar disso, mantém-se a estratégia definida pela Administração e é nosso firme propósito salvaguardar a viabilidade da Empresa e o cumprimento dos modelos e rácios financeiros preconizados pela Liga Portuguesa de Futebol.

Depois de vários adiamentos, a leitura do acórdão do denominado “Jogo Duplo” esteve iminente, sendo que dia 24/11/2021 foi a última data prevista para a leitura. Uma vez que essa leitura não foi efetuada, iremos continuar a aguardar serenamente por uma decisão que se espera favorável.

O futuro da Leixões Sport Clube Futebol SAD

Com um desempenho titubeante ao longo da época, a equipa de futebol sénior terminou no 15.º lugar da Liga 2 SABSEG 2022/2023, tendo ainda perdido nos oitavos de final da Taça de Portugal contra o FC Famalicão.

No seguimento do projeto que tem vindo a ser pilar na caminhada da Leixões SC Futebol SAD, houve a ascensão de alguns jovens promissores à equipa principal. Fruto deste trabalho, acreditamos que o nosso plantel voltou novamente a valorizar, embora isto não seja visível nas demonstrações financeiras.

Conseguimos algum retorno financeiro a partir da venda de jogadores, contudo de uma maneira pouco acentuada, uma vez que todo o mercado se encontra a recuperar das mazelas financeiras deixadas pela crise pandémica que todos afetou num passado recente.



Empregados

Em 30 de Junho de 2023, a Leixões Sport Clube Futebol – SAD tinha dez (10) colaboradores na área financeira, jurídica e administrativa, dois (2) fisioterapeutas, quarenta e quatro (44) jogadores profissionais e oito (8) elementos na equipa técnica (sénior e sub23).

O Conselho de Administração, no final do período em análise, era composto pelo Presidente André Castro, pelo Administrador Nuno Fernandes e, nos termos dos estatutos, pelo Presidente do Leixões Sport Clube, Jorge Moreira, sem funções executivas.

Aplicação de Resultados

Em função dos elementos referidos neste Relatório e tendo em conta os resultados apurados, na qualidade de Administradores, propomos que o prejuízo nos Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 870 390,11 seja aplicado na conta de Resultados Transitados.

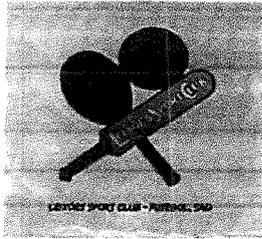
Notas finais

Não podemos finalizar este Relatório sem expressar o nosso profundo agradecimento a todos os elementos da Leixões Sport Clube Futebol SAD, seja ao nível dos jogadores, equipa técnica e restantes elementos que diariamente dedicam o seu trabalho, mas também a sua paixão a esta causa; a todas as entidades, oficiais e privadas, que colaboram connosco. E, naturalmente, aos associados e simpatizantes do Clube, pelo carinho, apoio e dedicação constantes.

Matosinhos, 30 de outubro de 2023

A Administração


LEIXÕES SC FÚTEBOL SAD
Administração



Leixões Sport Clube Futebol - SAD

Contribuinte: 506 041 182
Moeda: EUR

Balanço Individual em 30 de junho de 2023

Rubricas	Notas	30/06/2023	30/06/2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	90 183,16	121 599,14
Activos Intangíveis	6	106 697,91	152 445,13
Subtotal		196 881,07	274 044,27
Activo corrente			
Clientes	7	191 680,95	203 528,03
Estado e outros entes públicos	8	0,00	0,00
Outros créditos a receber	14	889 904,14	582 039,64
Diferimentos	9	22 650,00	3 785,15
Caixa e depósitos bancários	10	3 178,35	9 370,08
Subtotal		1 107 413,44	798 722,90
Total do activo		1 304 294,51	1 072 767,17
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	11	3 000 000,00	3 000 000,00
Outros instrumentos de capital próprio		1 173 074,58	1 173 074,58
Reservas legais		16 160,04	16 160,04
Resultados transitados		-11 943 265,71	-9 047 875,91
Subtotal		-7 754 031,09	-4 858 641,29
Resultado líquido do exercício		-870 390,11	-452 676,44
Total do capital próprio		-8 624 421,20	-5 311 317,73
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	129 863,58	129 863,58
Passivo por impostos diferidos	16	0,00	0,00
Fornecedores	13	2 991 211,99	125 459,68
Financiamentos obtidos	12	180 698,44	100 000,00
Estado e outros entes públicos	8	3 465 757,70	1 902 816,19
Outras dívidas a pagar	15	424 061,31	1 228 330,00
Subtotal		7 191 593,02	3 486 469,45
Passivo corrente			
Fornecedores	13	307 937,82	961 065,67
Adiantamentos de clientes	7	309 802,96	300 000,00
Estado e outros entes públicos	8	632 039,48	899 633,28
Financiamentos obtidos	12	0,00	5 670,01
Outras dívidas a pagar	15	1 487 342,43	723 746,49
Diferimentos	9	0,00	7 500,00
Subtotal		2 737 122,69	2 897 615,45
Total do Passivo		9 928 715,71	6 384 084,90
Total do capital próprio e do passivo		1 304 294,51	1 072 767,17

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração

O Contabilista Certificado

CC 36 293



Leixões Sport Clube Futebol - SAD

Moeda: EUR
Contribuinte: 506 041 182

Demonstração de Resultados por natureza em 30 de junho de 2023

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2022/2023	2021/2022
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	17	786 840,36	690 372,03
75		Subsídios à exploração	25	225 684,38	219 291,28
785/792	685	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
	62	Fornecimentos e serviços externos	18	-763 955,64	-739 849,10
	63	Gastos com pessoal	19	-1 965 518,55	-2 506 574,11
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	-25 844,58	-32 943,08
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	218 105,48
78...+791		Outros rendimentos	20	1 226 596,29	2 162 591,74
	69-685+69...	Outros gastos	21	-87 195,09	-156 308,93
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-603 392,83	-145 314,69
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6 e 22	-77 163,20	-144 557,16
7624/6	654/6	Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	23	0,00	0,00
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-680 556,03	-289 871,85
7915		Juros e rendimentos similares obtidos	24	0,00	0,00
	6911/21/81	Juros e gastos similares suportados	24	-133 532,41	-97 736,24
		Resultado antes de impostos		-814 088,44	-337 608,09
	812	Impostos sobre o rendimento do período	27	-56 301,67	-65 068,35
		Resultado líquido do período		-870 390,11	-452 676,44

A Administração

[Handwritten signature]
Administrador

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
CC 36293



Leixões Sport Clube Futebol - SAD

Contribuinte: 506 041 182

Moeda: EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo) em 30 de junho de 2023

RUBRICAS	Notas	30/06/2023	30/06/2022
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes		2 414 753,07	2 712 948,04
Pagamentos a Fornecedores		-1 048 120,09	-1 177 242,15
Pagamentos ao Pessoal		-1 181 133,90	-1 260 098,90
Caixa geradas pelas operações		185 499,08	275 606,99
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-761 405,25	-112 546,19
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		177 198,00	-689 585,16
Fluxos das actividades operacionais (1)		-398 708,17	-506 524,36
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	-22 188,89
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)		0,00	-22 188,89
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		392 747,50	524 092,86
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-231,06	-14 336,68
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de actividades de financiamento (3)		392 516,44	509 756,18
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-6 191,73	-18 957,07
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		9 370,08	28 327,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 178,35	9 370,08

A Administração

O Contabilista Certificado

Contabilidade - (c) Primavera BSS

CC 36293

Requinta
0236293

Contratado nº 505.041.1182
Moeda: EUR

Demonstração das Alterações de Capital Próprio a 30 de junho de 2023

Capital Próprio atribuído aos detentores de capital da empresa mãe

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Ações (cotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos e outras variações CP	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
1	Posição no início do período 30/06/2022	3.000.000,00												
	Alterações no período													
	Alterações de natureza contabilística													
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
	Realização do excedente de revalorização													
	Excedente de revalorização													
	Ajustamentos por impostos diferidos													
	Outra alterações reconhecidas de capital próprio													
2						0,00		-2.895.389,80			452.676,44	-2.442.713,36		-2.442.713,36
						0,00		-2.895.389,80			452.676,44	-2.442.713,36		-2.442.713,36
3	Resultado líquido do período										-870.390,11	-870.390,11		-870.390,11
4=2+3	Resultado Integral					0,00		-2.895.389,80			-417.713,67	-3.313.103,47		-3.313.103,47
5	Operações com detentores de capital no período													
	Realizações de capital	0,00												
	Resultados de prémios de emissão													
	Distribuições													
	Entradas para a cobertura de perdas													
	Outras operações													
6=1+2+3+5	Posição no fim do período 30/06/2023	3.000.000,00	1.173.074,58	16.160,04		0,00		-2.895.389,80			-870.390,11	-5.024.421,20	0,00	-5.024.421,20

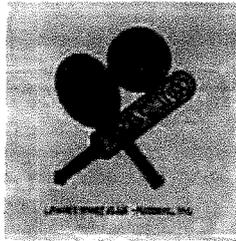
Contabilidade - (c) Primavera BSS

Demonstração das Alterações de Capital Próprio a 30 de junho de 2022

Capital Próprio atribuído aos detentores de capital da empresa mãe

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Ações (cotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos e outras variações CP	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
1	Posição no início do período 30/06/2021	3.000.000,00												
	Alterações no período													
	Alterações de natureza contabilística													
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
	Realização do excedente de revalorização													
	Excedente de revalorização													
	Ajustamentos por impostos diferidos													
	Outra alterações reconhecidas de capital próprio													
2						0,00		-1.278.184,61			-2.260.097,65	981.913,04		981.913,04
						0,00		-1.278.184,61			-2.260.097,65	981.913,04		981.913,04
3	Resultado líquido do período										-452.676,44	-452.676,44		-452.676,44
4=2+3	Resultado Integral					0,00		-1.278.184,61			-2.712.774,09	529.238,60		-452.676,44
5	Operações com detentores de capital no período													
	Realizações de capital	0,00												
	Resultados de prémios de emissão													
	Distribuições													
	Entradas para a cobertura de perdas													
	Outras operações													
6=1+2+3+5	Posição no fim do período 30/06/2022	3.000.000,00	1.173.074,58	16.160,04		0,00		-5.047.875,91			-452.676,44	-5.311.317,73	0,00	-5.311.317,73

Contabilidade - (c) Primavera BSS



LEIXÕES SPORT CLUBE FUTEBOL, SAD
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM
30/06/2023
(Exercício de 2022/2023)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1. Nome: Leixões Sport Clube Futebol, SAD
- 1.2. Sede Social: Estádio do Mar - Lugar da Cruz de Pau - Matosinhos
- 1.3. Atividade: Participação na modalidade de futebol em competições desportivas de caráter profissional, promoção e organização de espetáculos desportivos e fomento ou desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da referida modalidade
- 1.4. CAE: 93192
- 1.5. Contribuinte: 506 041 182

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com:

- Anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Inclui a Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho);
- Estrutura Conceptual - Aviso n.º 15.652/2009, de 7 de Setembro, substituído pelo Aviso n.º 8.254/2015, de 29 de Julho;
- Código de contas - Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro, substituída pela Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho;
- Modelos de Demonstrações Financeiras - Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro, substituída pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, substituído pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de Julho.

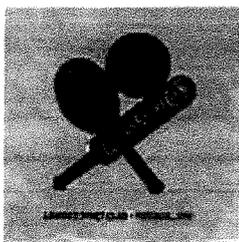
2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todo o conteúdo das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF — DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA:



O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração das demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009, de forma a garantir a adequada expressão e apresentação para efeitos comparativos. A sociedade não apresenta impactos nas suas demonstrações financeiras que necessitam de relato adicional referente à adoção pela primeira vez das NCRF. A adoção das NCRF não teve qualquer impacto ao nível dos Fluxos de Caixa.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários/custos dos empréstimos obtidos

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato. Os empréstimos são registados no passivo pelo método do custo. Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

A 30 de Junho de 2023 a Leixões Sport Clube Futebol SAD não tinha qualquer contrato de financiamento. No entanto, a Play-Fair, Lda., sócio maioritário da empresa, contratou com a Cofidis um financiamento para a aquisição do autocarro do clube, sendo os valores das prestações refaturadas à SAD.

- Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas. Este custo inclui o da aquisição tanto à data de transição, como para ativos obtidos após aquela data.

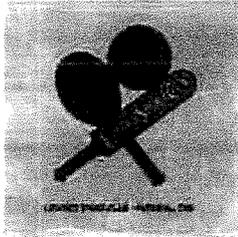
O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, líquido de descontos e abatimentos, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

O método de depreciação é o método da linha reta, a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja reintegrado durante a sua vida útil estimada. As depreciações são efetuadas por duodécimos.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.



Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
 - Equipamento básico: entre 5 e 12 anos
 - Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
 - Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos
- **Ativos Fixos Intangíveis**

Os ativos fixos intangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das amortizações acumuladas. Este custo inclui o custo de aquisição, tanto à data de transição como para ativos obtidos após aquela data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo líquido de descontos e abatimentos, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Estes ativos só são reconhecidos desde que se tratem de ativos não monetários e sem substância física dos quais se espere uma utilização que ultrapasse mais do que um período económico.

Deve ser provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por si controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor. Os ativos intangíveis são desreconhecidos quando alienados, totalmente amortizados ou quando deles não se esperem benefícios económicos pelo seu uso.

A Leixões Sport Clube Futebol - SAD avalia a vida útil dos seus ativos intangíveis e classifica-os em ativos com vida útil finita ou indefinida.
 - **Ativos intangíveis com vida útil finita**

Para estes ativos, o método de amortização é o método da linha reta, a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja reintegrado durante a sua vida útil estimada. As depreciações são efetuadas por duodécimos.

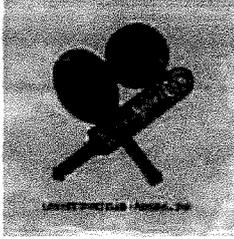
As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. A amortização de um ativo com vida útil finita cessa no momento do seu desreconhecimento.

Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os ativos intangíveis detidos pela Leixões Sport Clube Futebol - SAD e incluídos nesta categoria referem-se a licenças de software e à marca "Leixões"
 - **Ativos intangíveis com vida útil indefinida**

Estes ativos são amortizados.

A vida útil destes ativos é revista em cada período económico, para determinação dos acontecimentos e circunstâncias que continuam a apoiar uma avaliação de vida útil indefinida. A eventual alteração daí decorrente é tratada como uma alteração de estimativa e aplicada prospetivamente.



Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

- Rédito

O Rédito é mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a Leixões Sport Clube Futebol - SAD e o seu cliente, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais ou de quantidade concedidos.

- Venda de bens

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando, em simultâneo se verificam as seguintes condições:

- a) São transferidos para o comprador, os riscos e vantagens decorrentes da propriedade dos bens;
- b) Não haja envolvimento de gestão com grau geralmente associado à posse nem ao controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) A quantia envolvida é mensurada com fiabilidade;
- d) É provável que os benefícios económicos associados fluam para a empresa;
- e) Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados com a transação, são fiavelmente mensurados.

- Prestação de Serviços

Os réditos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transacção e quando os custos inerentes à transacção são fiavelmente mensurados.

- Efeitos das alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas em Euros, utilizando-se as taxas de câmbio à data da sua realização para efeitos de conversão.

No momento da liquidação ou à data do balanço, se esta ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio a essa data para reavaliação das quantias em aberto.

As diferenças de câmbio que daí resultam, favoráveis e desfavoráveis, são reconhecidas como ganhos ou perdas no período em que a respetiva liquidação ocorre.

- Imposto sobre o rendimento

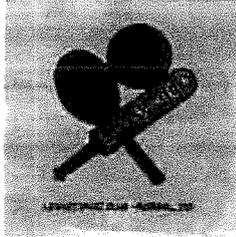
O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes.

O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

A partir do exercício de 2016, a Empresa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) às taxas de 17% para uma matéria coletável até 15.000 euros e a uma taxa de 21% para o montante de matéria coletável que exceda os 15.000 euros, acrescidas de Derrama praticada no concelho de Matosinhos.

- Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros aqui tratados referem-se aos decorrentes de relacionamentos contratuais de aquisição e venda de bens e serviços e de outros direitos e obrigações relacionados com a atividade económica da empresa, designadamente clientes, fornecedores, financiamentos concedidos e obtidos, participações de capital,



locações, seguros e outras contas a receber e a pagar relativas à sua atividade corrente, de financiamento e de investimento.

A Leixões Sport Clube Futebol - SAD classifica e mensura os seus ativos e passivos financeiros ao custo amortizado, entendido este como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos.

Para avaliar se um ativo financeiro está ou não em imparidade, a Leixões Sport Clube Futebol - SAD revê a sua quantia escriturada, bem como procede à determinação da quantia recuperável e reconhece a diferença como uma perda por imparidade.

- **Benefícios aos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração da Sociedade. Para além dos referidos, estão ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados (nomeadamente férias vencidas e respetivo subsídio de férias, assim como prémios de desempenho por objetivos já alcançados, acrescidos dos montantes da Taxa Social Única respetiva), por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

- **Rendimentos e Gastos**

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo como princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

- **Principais estimativas e julgamentos apresentados**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Leixões Sport Clube Futebol - SAD são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Gerência, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

- ✓ **Estimativas contabilísticas relevantes**

Principais estimativas e julgamentos apresentados: os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e Outros Devedores:** as dívidas de Clientes e Outros Devedores são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade



acumuladas, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal tem-se em consideração informação que demonstre que o devedor está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

- o Fornecedores e Outras Dívidas a pagar: as contas a pagar que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.
- o Empréstimos: os empréstimos recebidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões, caso as haja. Os encargos financeiros relacionados com os empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos, à medida que são incorridos e contabilizados na rubrica de "Gastos e Perdas de Financiamento" da Demonstração de Resultados.
- o Caixa e seus equivalentes: os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, imediatamente realizáveis. Para efeitos dos Fluxos de Caixa a rubrica caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos no Balanço, na rubrica de financiamentos de curto prazo.
- o Ativos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do setor a nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

- **Imparidade**

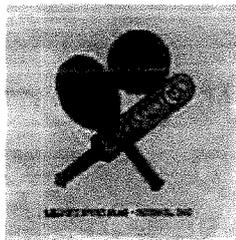
A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Leixões Sport Clube Futebol - SAD tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Gerência no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4.2 Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

a) Fluxos de caixa:

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração de fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de



clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e de venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira. É de referir, ainda, que todas as quantias estão disponíveis para uso.

- 4.3 Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as NCRF exigiu que o Órgão de Gestão formulasse julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados foram baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formaram a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

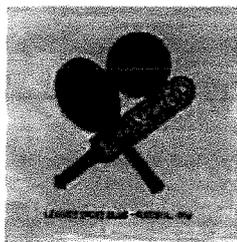
Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes, caso um outro tratamento tivesse sido escolhido. A Gerência considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

- 4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

Não foram identificadas, pelo Órgão de Gestão da Empresa, situações que coloquem em causa a sua continuidade. Deste modo, as Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

- 4.5 Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir daquelas estimativas.



[Handwritten signature]

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

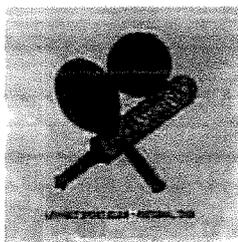
O movimento nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações findas em 30 de junho de 2023 e 2022 foi o seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis		Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Totais
Em 2022/06/30	Quantias Brutas escrituradas	€ 20 097,00	€ 118 773,88	€ 205 633,54	€ 49 335,58	€ 20 870,48	€ 414 710,48
	Depreciações Acumuladas	-€ 3 822,47	-€ 109 320,20	-€ 110 294,25	-€ 48 803,94	-€ 20 870,48	-€ 293 111,34
	Quantias Líquidas escrituradas	€ 16 274,53	€ 9 453,68	€ 95 339,29	€ 531,64	€ 0,00	€ 121 599,14
Adições		€ 0,00					€ 0,00
Transferências							€ 0,00
Alienações, Sinistros e Abates							€ 0,00
Outras alterações							€ 0,00
Depreciações		-€ 2 210,73	-€ 1 570,75	-€ 27 357,15	-€ 277,38		-€ 31 416,01
Em 2023/06/30	Quantias Brutas escrituradas	€ 20 097,00	€ 118 773,88	€ 205 633,54	€ 49 335,58	€ 20 870,48	€ 414 710,48
	Depreciações Acumuladas	-€ 6 033,20	-€ 110 890,95	-€ 137 651,40	-€ 49 081,32	-€ 20 870,48	-€ 324 527,35
	Quantias Líquidas escrituradas	€ 14 063,80	€ 7 882,93	€ 67 982,14	€ 254,26	€ 0,00	€ 90 183,13

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento nos ativos intangíveis e respetivas depreciações findos em 30 de Junho de 2023 e 2022 foi o seguinte:

Ativos Intangíveis		Programa de Computador	Propriedade Industrial	Outros A. Fixos Intangíveis	At. Intangíveis em curso	Perdas por Imparidade	Totais
Em 2022/06/30	Quantias Brutas escrituradas	€ 3 516,00	€ 350 000,00	€ 23 341,64	€ 0,00	€ 0,00	€ 376 857,64
	Depreciações Acumuladas	-€ 3 516,00	-€ 210 000,00	-€ 10 896,51	€ 0,00	€ 0,00	-€ 224 412,51
	Quantias Líquidas escrituradas	€ 0,00	€ 140 000,00	€ 12 445,13	€ 0,00	€ 0,00	€ 152 445,13
Adições							€ 0,00
Transferências							€ 0,00
Alienações, Sinistros e Abates							€ 0,00
Outras alterações							€ 0,00
Depreciações			-€ 35 000,00	-€ 10 747,22			-€ 45 747,22
Em 2023/06/30	Quantias Brutas escrituradas	€ 3 516,00	€ 350 000,00	€ 23 341,64	€ 0,00	€ 0,00	€ 376 857,64
	Depreciações Acumuladas	-€ 3 516,00	-€ 245 000,00	-€ 21 643,73	€ 0,00	€ 0,00	-€ 270 159,73
	Quantias Líquidas escrituradas	€ 0,00	€ 105 000,00	€ 1 697,91	€ 0,00	€ 0,00	€ 106 697,91



Handwritten initials or signature.

7. CLIENTES

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

Clientes	30/06/2023	30/06/2022
Clientes c/c	€ 226 680,95	€ 238 528,03
Clientes de cobrança duvidosa	€ 386 734,78	€ 360 913,00
Subtotal	€ 613 415,73	€ 599 441,03
Perdas por Imparidade Acumuladas	-€ 421 734,78	-€ 395 913,00
TOTAL	€ 191 680,95	€ 203 528,03
Adiantamento de clientes	€ 309 802,96	€ 300 000,00

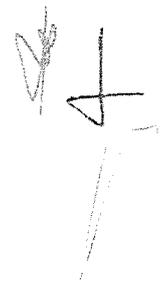
8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022 a rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" tinha a seguinte composição:

	30/06/2023	30/06/2022
Imposto sobre o Rendimento	€ 56 301,67	€ 88 741,04
Retenção de Impostos	€ 144 737,75	€ 200 107,24
Imposto sobre o Valor Acrescentado	€ 180 305,62	€ 539 663,57
Outros Impostos		
Segurança Social	€ 25 969,69	€ 71 121,43
Deposito valor penhorado	€ 0,00	€ 0,00
Dívida Corrente	€ 407 314,73	€ 899 633,28
Valores a pagar ao abrigo do PER		
Administração Fiscal	€ 2 950 307,85	€ 1 512 530,40
Segurança Social	€ 740 174,60	€ 390 285,79
Dívida não Corrente	€ 3 690 482,45	€ 1 902 816,19
TOTAL	€ 4 097 797,18	€ 2 802 449,47

9. DIFERIMENTOS

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022 a rubrica "Diferimentos" tinha a seguinte composição:



Diferimentos	30/06/2023	30/06/2022
Seguros	€ 0,00	€ 1 535,15
Outros Gastos	€ 22 650,00	€ 2 250,00
Total Ativo	€ 22 650,00	€ 3 785,15
Publicidade	€ 0,00	€ 7 500,00
Total Passivo	€ 0,00	€ 7 500,00

10. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022, os saldos desta rubrica eram os seguintes:

	30/06/2023	30/06/2022
Caixa - Numerário	€ 2 202,80	€ 1 125,75
Bancos - Depósitos à Ordem	€ 975,55	€ 8 244,33
Total de disponibilidades	€ 3 178,35	€ 9 370,08

11. CAPITAL REALIZADO

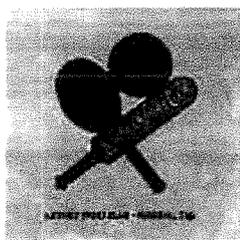
Em 30 de Junho de 2023, o capital social, num total de € 3 000 000,00, era composto por 600 000 acções com o valor nominal de € 5,00, sendo 240 000 acções da categoria A e 360 000 da categoria B.

As acções da categoria A são detidas pelo Leixões Sport Clube e conferem sempre direito de voto das deliberações de Assembleia Geral que tenham por objeto a fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade e alteração dos seus estatutos, o aumento e redução do capital social e mudança de localização da sede.

12. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

	30/06/2023		30/06/2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos Bancários	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00
Financiamentos	€ 0,00	€ 180 698,44	€ 5 670,01	€ 100 000,00
Contas Caucionadas	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00
Locações Financeiras	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00
Descobertos Bancários	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00
Total	€ 0,00	€ 180 698,44	€ 5 670,01	€ 100 000,00
Participantes de Capital	€ 0,00	€ 180 698,44	€ 5 670,01	€ 100 000,00



Handwritten signature and initials.

13. FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Fornecedores	30/06/2023	30/06/2022
Passivo Corrente	€ 307 937,82	€ 961 065,67
Passivo não Corrente	€ 2 991 211,89	€ 125 459,68
TOTAL	€ 3 299 149,71	€ 1 086 525,35

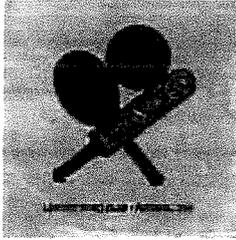
Os valores relativos ao PER e SIREVE estão alocados à rubrica "fornecedores" - não corrente".

Salientar que o PER foi aprovado denominado como nº 3295 no qual deu origem à necessidade de se efetuar correções que tiveram impactos negativos nas contas do Leixões Sad, no qual induziu a um aumento significativa do montante em dívida relativo aos fornecedores registados no PER resultante num aumento de dívida de 125.459,68€ para 2.991.211,89€.

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022., a rubrica "Outras Contas a Receber" tinha a seguinte composição:

Outros Créditos a Receber	30/06/2023	30/06/2022
Outros Acréscimos de Proveitos	€ 114 445,40	€ 3 000,00
Fornecedores contra natura	€ 171 797,11	€ 33 944,82
Outros pessoal	€ 55 232,24	€ 16 887,34
Outros credores e devedores	€ 19 098,33	€ 19 247,65
Outros Devedores	€ 528 401,71	€ 508 027,48
Remunerações a pagar	€ 0,00	€ 0,00
Adiantamento Fornecedores	€ 932,35	€ 932,35
TOTAL	€ 889 907,14	€ 582 039,64



[Handwritten signature]

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022, a rubrica "Outras Contas a Pagar" tinha a seguinte composição:

Outras Contas a Pagar	30/06/2023		30/06/2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Remunerações a pagar	€ 360 422,16	€ 424 061,31	€ 197 432,77	€ 462 558,44
Outras Contas a Pagar	€ 1 126 920,27	€ 0,00	€ 526 313,72	€ 765 771,56
Fornecedores de Investimentos	€ 13 972,39		€ 13 972,39	
Devedores e credores por acréscimos	€ 221 040,18			€ 51 144,28
Outros Terceiros	€ 884 514,54		€ 510 183,06	
Outros devedores e credores	€ 0,00		€ 0,00	€ 714 627,28
Clientes	€ 7 393,16		€ 2 158,27	
TOTAL	€ 1 487 342,43	€ 424 061,31	€ 723 746,49	€ 1 228 330,00

16. Provisões

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022 o valor das provisões é o seguinte:

Provisões	30/06/2023	30/06/2022
Processos Judiciais em Curso	€ 129 863,58	€ 129 863,58
Saldo Final	€ 129 863,58	€ 129 863,58

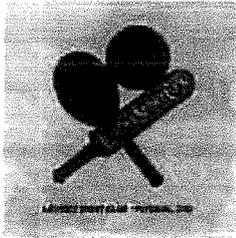
Em 2022 foram registadas provisões, que se referem aos seguintes processos judiciais:

Processo Fulton Medina	€ 129 863,58
------------------------	--------------

17. Rédito

As vendas e prestação de serviços, nos exercícios terminados em 30 de Junho 2022 e 2023, foram as seguintes:

Prestação de Serviços	30/06/2023	30/06/2022
Venda de Bens	€ 1 366,90	€ 2 413,37
Prestação de Serviços	€ 785 473,46	€ 687 958,66
Total	€ 786 840,36	€ 690 372,03



18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022, os Fornecimentos e Serviços Externos tinham a seguinte composição:

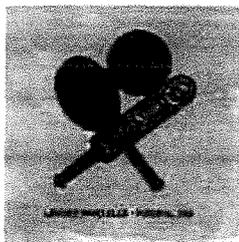
Fornecimento e Serviços Externos	30/06/2023	30/06/2022
Subcontratos	€ 0,00	€ 0,00
Serviços Especializados	€ 445 534,25	€ 343 791,08
Materiais	€ 6 902,93	€ 35 039,12
Energia e Flúidos	€ 32 890,03	€ 45 236,49
Deslocações, Estadas e Transportes	€ 59 996,92	€ 63 476,93
Serviços Diversos		
Rendas e Alugueres	€ 25 463,99	€ 37 439,04
Comunicação	€ 10 814,39	€ 11 266,95
Seguros	€ 1 535,15	€ 3 415,01
Contencioso e Notariado	€ 142 030,66	€ 162 200,35
Outros Serviços	€ 38 787,32	€ 37 984,13
Total	€ 763 955,64	€ 739 849,10

19. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022, o detalhe de Gastos c/Pessoal, era o seguinte:

Gastos com o Pessoal	30/06/2023			30/06/2022		
	Órgãos Sociais	Pessoal	Total	Órgãos Sociais	Pessoal	Total
Remunerações	€ 0,00	€ 1 663 912,21	€ 1 663 912,21	€ 0,00	€ 2 090 546,37	€ 2 090 546,37
Encargos Sociais	€ 0,00	€ 138 037,50	€ 138 037,50	€ 0,00	€ 195 620,07	€ 195 620,07
Seguros de Ac. Trabalho	€ 0,00	€ 62 031,49	€ 62 031,49	€ 0,00	€ 59 730,64	€ 59 730,64
Outros Gastos	€ 0,00	€ 101 537,35	€ 101 537,35	€ 0,00	€ 160 677,03	€ 160 677,03
TOTAL	€ 0,00	€ 1 965 518,55	€ 1 965 518,55	€ 0,00	€ 2 506 574,11	€ 2 506 574,11

Durante o exercício, a empresa teve ao seu serviço um número médio de 64 pessoas, na categoria de trabalhadores por conta de outrem.



20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O desenvolvimento desta rubrica, nos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022 em questão é o seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	30/06/2023	30/06/2022
Rendimentos e Ganhos em Investimento	€ 1 596,51	€ 0,02
Outros	€ 545,22	€ 48 482,34
Correcções relativas a períodos anteriores	€ 2 020,64	€ 690 500,00
Distribuição de Lucros Placard	€ 111 541,61	€ 95 550,38
Cedência desportiva de jogadores	€ 584 553,42	€ 1 065 492,00
Direitos de Formação	€ 29 653,70	€ 32 339,97
Empréstimo de Jogadores	€ 235 491,13	€ 34 400,00
Jogos On-line	€ 261 194,06	€ 195 827,03
Total	€ 1 226 596,29	€ 2 162 591,74

21. OUTROS GASTOS E PERDAS

O desenvolvimento desta rubrica nos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022 é o seguinte:

Outros Gastos	30/06/2023	30/06/2022
Impostos	€ 2 821,05	€ 2 278,59
Correcções relativas a períodos anteriores	€ 44 869,05	€ 65 104,69
Quotizações	€ 643,34	€ 368,12
Outros não especificados	€ 31 609,79	€ 65 073,90
Despesas não documentadas	€ 7 251,86	€ 9 428,07
Outros	€ 0,00	€ 14 055,56
Total	€ 87 195,09	€ 156 308,93

22. GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO

Os gastos de depreciação e amortização, incorridos nos exercícios terminados a 30 de junho de 2022 e 2023, foram os seguintes:



Gastos de Depreciação e Amortização	30/06/2023	30/06/2022
Ativos Fixos Tangíveis	€ 31 415,98	€ 34 181,09
Edifícios e Outras Construções	€ 2 210,70	€ 2 210,73
Equipamento Básico	€ 1 570,75	€ 1 102,00
Equipamento de Transporte	€ 27 357,15	€ 30 194,68
Equipamento Administrativo	€ 277,38	€ 673,68
Outros Ativos Fixos Tangíveis		
Ativos Intangíveis	€ 45 747,22	€ 110 376,07
Programas de Computadores		
Marca	€ 35 000,00	€ 35 000,00
Plantel	€ 10 747,22	€ 75 376,07
Total	€ 77 163,20	€ 144 557,16

23. PERDAS DE IMPARIDADE

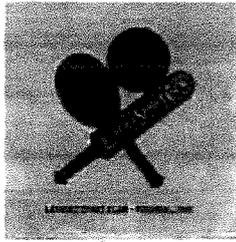
Durante o exercício terminado a 30 de junho de 2023 e 2022, foram constituídas as seguintes imparidades:

Perdas de Imparidade	30/06/2023	30/06/2022
Clientes	€ 25 844,58	€ 32 943,08
Perdas de Imparidade	€ 25 844,58	€ 32 943,08
Reversão de imparidades anteriores	€ 0,00	€ 0,00
Total	€ 25 844,58	€ 32 943,08

24. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022 foram os seguintes:

Resultados Financeiros	30/06/2023	30/06/2022
Juros Obtidos	€ 0,00	€ 0,00
Juros Suportados	€ 133 532,41	€ 97 736,24
Total	€ 133 532,41	€ 97 736,24



Handwritten signature and date: 17/07/23

25. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os Subsídios à exploração, nos exercícios em causa, foram os seguintes:

Subsídios e Outros Apoios de E. Públicas	30/06/2023	30/06/2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	€ 0,00	€ 11 263,27
Subsídios de outras Entidades	€ 225 684,38	€ 208 028,01
Subsídios à Exploração	€ 225 684,38	€ 219 291,28

26. EFEITO DAS ALTERAÇÕES NAS TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

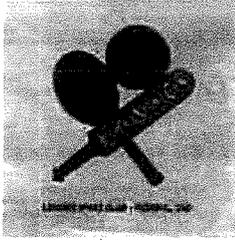
O Imposto sobre o Rendimento referente aos exercícios findos em 30 de junho de 2023 e 2022 é o seguinte:

Imposto sobre o Rendimento	30/06/2023	30/06/2022
Rendimento contabilístico do período (antes de impostos)	-€ 814 088,44	-€ 387 608,09
Imposto corrente		
Imposto Diferido		
Tributação Autónoma	€ 56 301,67	€ 65 068,35
Imposto sobre o Rendimento do Período	€ 56 301,67	€ 65 068,35
Taxa efetiva de Imposto	-7%	-17%

28. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Em 30 de Junho de 2023, a Leixões Sport Clube Futebol – SAD tinha dez (10) colaboradores na área financeira, jurídica e administrativa, dois (2) fisioterapeutas, quarenta e quatro (44) jogadores profissionais e oito (8) elementos na equipa técnica (sénior e sub23).

O Conselho de Administração, no final do período em análise, era composto pelo Presidente André Castro, pelo Administrador Nuno Fernandes e, nos termos dos estatutos, pelo Presidente do Leixões Sport Clube, Jorge Moreira, sem funções executivas.



29. DIVULGAÇÃO EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada. Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício a empresa não efetuou quaisquer transações de ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 30.06.2023.

Não foram concedidos quaisquer empréstimos, pelo que nada há a indicar, para efeitos do n.º 5, alínea e) do das Sociedades Comerciais.

30. Eventos subsequentes:

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se verificaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

31. Eventos significativos:

Importa referir que a guerra entre a Ucrânia e Rússia iniciada em fevereiro de 2022 tem vindo a induzir a um aumento das matérias-primas/produtos acabados bem como dos combustíveis pelo que, tal como o Covid-19, irá ter impacto na nossa atividade.

Salienta-se que no primeiro semestre deste ano verificou-se a um aumento da inflação bem como as taxas de juro, no qual tem afetado o custo das matérias-primas/produtos acabados impactando a nossa atividade induzindo ao aumento dos custos.

Posto isto, a extensão e durabilidade do atual momento de incerteza que nos deparamos torna difícil conseguirmos avaliar e quantificar qual será o impacto que poderá ter na nossa atividade.

Matosinhos, 03 de novembro de 2023.

A Administração

O Contabilista Certificado



DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Matosinhos, 03 de novembro de 2023

À atenção de

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.
Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G
1600-001 Lisboa
Portugal

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal das Contas que efetuaram às demonstrações financeiras da **LEIXÕES SPORT CLUBE FUTEBOL, SAD** (a Entidade), relativas ao ano findo em 30 de junho de 2023, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

- 1.1. Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.
- 1.2. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2023 são adequadas e foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios, sendo a sua divulgação apropriada tendo em consideração os requisitos do normativo contabilístico aplicável.
- 1.3. Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.

- 1.4. A Entidade não registou ou pagou quaisquer quantias que se encontrem suportadas por documentos que não cumpram, em termos formais ou de facto, os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transações efetivas realizadas pela mesma. Todas e apenas as transações efetuadas e eventos sujeitos a registo contabilístico, ocorridos no decurso do período, se encontram devidamente suportados e refletidos nos registos contabilísticos da Entidade em 30 de junho de 2023.
- 1.5. Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.
- 1.6. Não existem:
 - Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
 - Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;
 - Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
 - Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados; e
 - Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade.
- 1.7. A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.
- 1.8. Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras e relativamente aos quais o normativo contabilístico aplicável exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados (Anexo I: Questionário | Acontecimentos subsequente).
- 1.9. Não existem distorções que não tivessem sido ajustadas, identificadas durante o vosso exame às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2023.
- 1.10. Tomámos conhecimento da vossa Certificação Legal das Contas que inclui uma opinião com reservas, que passamos a transcrever:

Com base na informação disponível, reportado ao período findo em 30 de junho de 2023, não nos é possível concluir quanto à plenitude das operações relacionadas com o “plantel” que se encontra reconhecido na rubrica de ativos intangíveis, nem dos passivos registados a eles associados, bem como a identificação de eventuais passivos contingentes que devem ser objeto de divulgação no Anexo, e dos correspondentes efeitos nos resultados do período e nos capitais próprios da Entidade.

Não nos foi possível confirmar os saldos das rúbricas de terceiros, uma vez que não obtivemos prova suficiente na confirmação externa efetuada e os procedimentos alternativos de auditoria aplicados, não foram conclusivos, o que limita o âmbito dos nossos trabalhos.

Tendo de igual modo procedido à circularização dos advogados da Entidade, apenas rececionamos uma resposta, encontrando-se em falta uma outra, situação esta que constitui uma limitação ao nosso trabalho.

2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

- 2.1. Disponibilizámos-vos:
- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
 - A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
 - Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
 - Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.
- 2.2. Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.
- 2.3. Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude (Anexo II: Questionário risco de fraude).
- 2.4. Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo os administradores, diretores ou empregados.
- 2.5. Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.
- 2.6. Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.
- 2.7. Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela

legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.

- 2.8. Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.
- 2.9. Colocámos à vossa disposição os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pelos órgãos sociais foram a Assembleia Geral de dia 17 de outubro de 2022 – ata nº 55.
- 2.10. Confirmamos que a Entidade não detém quaisquer outras contas bancárias além das evidenciadas nos registos contabilísticos.
- 2.11. Foi-vos dado conhecimento de todas as situações de incumprimento e de mora ou diferimento do pagamento de dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, bem como dos critérios utilizados no cálculo do imposto devido e na preparação da declaração anual de rendimentos.
- 2.12. Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e para-fiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.
- 2.13. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
- 2.14. Não temos projetos ou intenções:
 - que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
 - que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade; e
 - de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.

- 2.15. Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.
- 2.16. Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.
- 2.17. É nossa intenção apresentar as demonstrações financeiras e a certificação legal das contas na página da internet da Entidade podendo, no entanto, os referidos documentos ser distribuídos aos acionistas por via eletrónica (e-mail). As nossas responsabilidades, no que diz respeito à preparação e divulgação das demonstrações financeiras não se alteram pelo facto destas se encontrarem reproduzidas e divulgadas por meios eletrónicos. É da nossa responsabilidade assegurar que qualquer destas publicações apresenta de forma apropriada a informação financeira e a certificação legal das contas.

Sem outro assunto de momento, apresentamos a V. Exas. os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

De V. Exas.

Atentamente,


Órgão de Gestão

QUESTIONÁRIO | ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES



ANEXO I

Conforme a norma ISA 560, definem-se como "acontecimentos subsequentes" os que ocorram entre o fim do período e a data do relatório do revisor/auditor, e os factos descobertos após a data do relatório do revisor/auditor.

		Sim	Não
01	Foram celebrados novos compromissos, empréstimos ou garantias?		<input checked="" type="checkbox"/>
02	Ocorreram ou estão planeadas vendas ou aquisições de ativos?	<input checked="" type="checkbox"/>	
03	Houve aumento de capital ou emissão de instrumentos de dívida?		<input checked="" type="checkbox"/>
04	Foi feito ou está planeado algum acordo de fusão ou liquidação?		<input checked="" type="checkbox"/>
05	Foram apropriados ou destruídos quaisquer ativos da Entidade?		<input checked="" type="checkbox"/>
06	Registaram-se quaisquer desenvolvimentos respeitantes a contingências previamente reconhecidas?		<input checked="" type="checkbox"/>
07	Foram feitos ou estão previstos quaisquer ajustamentos contabilísticos não usuais?		<input checked="" type="checkbox"/>
08	Ocorreram ou será provável que ocorram quaisquer acontecimentos que coloquem em causa a adequação das políticas contabilísticas utilizadas nas demonstrações financeiras?		<input checked="" type="checkbox"/>
09	Ocorreram quaisquer acontecimentos relevantes para a mensuração das estimativas ou das provisões incluídas nas demonstrações financeiras?		<input checked="" type="checkbox"/>
10	Ocorreram quaisquer acontecimentos relevantes para a recuperabilidade de ativos?		<input checked="" type="checkbox"/>

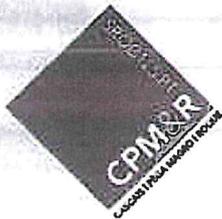


RISCO DE FRAUDE

QUESTIONÁRIO

J
AS

		Sim	Não	Não aplicável
	ao seguinte:			
1	Expectativas de rentabilidade ou de uma certa evolução por parte de analistas de investimento, investidores institucionais, credores significativos ou outros terceiros externos (particularmente expectativas indevidamente agressivas ou irrealistas), incluindo expectativas criadas pela gerência, por exemplo através de comunicados à imprensa ou mensagens em relatórios anuais demasiado otimistas.		X	
2	Necessidade de obter financiamento adicional de dívida ou de capital para manter a competitividade, incluindo financiamento de dispêndios significativos em pesquisa e desenvolvimento ou em imobilizado.		X	
3	Capacidade marginal para satisfazer requisitos de admissão à cotação em bolsa ou de reembolso ou outros requisitos estipulados de dívida.		X	
4	Efeitos adversos, aparentes ou reais, do relato de fracos resultados em transações significativas pendentes, tais como concentrações de atividades empresariais ou adjudicação de contratos.		X	
5	Existem fatores de risco relacionados com a pressão excessiva para a gerência satisfazer os requisitos ou expectativas de terceiros?		X	
	Em caso afirmativo, detalhe.			
C)	A informação disponível indica que a situação financeira pessoal da gerência ou dos encarregados da governação está ameaçada pelo desempenho financeiro da entidade devido a:			
1	Interesses financeiros significativos na entidade.		X	
2	Partes significativas da sua remuneração (por exemplo gratificações, opções sobre ações e acordos de saída) são dependentes da consecução de metas agressivas quanto ao preço das ações, aos resultados operacionais, à posição financeira ou aos fluxos de caixa.		X	
3	Garantias pessoais de dívidas da entidade.		X	
4	Existe pressão excessiva sobre a gerência ou pessoal operacional para satisfazer metas financeiras estabelecidas pelos encarregados da governação, incluindo incentivos de vendas ou rentabilidade.		X	
5	Existem fatores de risco relacionados com a informação financeira pessoal da gerência ou dos encarregados da governação que estejam relacionados pelo desempenho financeiro da entidade? Em caso afirmativo, detalhe.		X	



RISCO DE FRAUDE

QUESTIONÁRIO

Os objetivos do auditor são:

- (a) Identificar e avaliar os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude;
- (b) Obter prova de auditoria suficiente e apropriada quanto aos riscos avaliados de distorção material devido a fraude, por meio da concepção e implementação de respostas apropriadas; e
- (c) Responder apropriadamente à fraude ou suspeita de fraude identificada durante a auditoria.

Definições:

- (a) Fraude - Um ato intencional praticado por um ou mais indivíduos de entre a gerência, encarregados da governação, empregados ou terceiros, envolvendo o uso propositado de falsidades para obter uma vantagem injusta ou ilegal.
- (b) Fatores de risco de fraude - Acontecimentos ou condições que indicam um incentivo ou pressão ou proporcionam uma oportunidade para cometer fraude.

	Sim	Não	Não aplicável
A) A estabilidade financeira ou a rentabilidade está ameaçada por condições económicas, operacionais ou do sector de atividade da entidade, tais como (ou como indicado por):			
1 Alto grau de concorrência ou de saturação do mercado, acompanhado por margens em declínio.		<input checked="" type="checkbox"/>	
2 Grande vulnerabilidade a alterações rápidas, nomeadamente evolução tecnológica, obsolescência do produto ou variação das taxas de juro.		<input checked="" type="checkbox"/>	
3 Declínios significativos na procura por clientes e aumento das falências quer no sector de atividade quer na economia em geral.		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
4 Prejuízos operacionais que tornam iminente a ameaça de falência, encerramento ou aquisição hostil.		<input checked="" type="checkbox"/>	
5 Fluxos de caixa operacionais negativos recorrentes ou incapacidade para gerar fluxos de caixa embora relatando ganhos e aumento dos ganhos.		<input checked="" type="checkbox"/>	
6 Crescimento rápido ou rentabilidade não usual, especialmente em comparação com outras empresas no mesmo sector de atividade.		<input checked="" type="checkbox"/>	
7 Novos requisitos contabilísticos, estatutários ou regulamentares.		<input checked="" type="checkbox"/>	
8 Existem fatores de risco relacionados com a estabilidade financeira ou a rentabilidade está ameaçada por condições económicas, operacionais ou do sector de atividade da entidade? Em caso afirmativo, detalhe.		<input checked="" type="checkbox"/>	
B) Existe pressão excessiva para a gerência satisfazer os requisitos ou expectativas de terceiros devido			



ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

QUESTIONÁRIO

Conforme a norma ISA 560, definem-se como "acontecimentos subsequentes" os que ocorram entre o fim do período e a data do relatório do revisor/auditor, e os factos descobertos após a data do relatório do revisor/auditor.

		Sim	Não	Não aplicável
A) Inventários				
1	Existem quaisquer compromissos para compras por preços acima dos preços correntes de mercado?			
2	Verificaram-se quaisquer declínios nos preços de mercado que possam afetar materialmente as existências?			
B) Clientes				
1	Existem perdas anormais com quaisquer dívidas de clientes?			
2	Verificou-se qualquer perda de clientes importantes?			
3	Foram emitidas quaisquer notas de crédito significativas?			
C) Ativos Fixos				
1	Verificaram-se quaisquer compras ou vendas significativas de ativos fixos?			
2	Existem quaisquer planos ou compromissos assumidos para compras ou vendas significativas de imobilizações?			
3	Verificou-se alguma perda significativa em imobilizações devida a incêndios, explosões, abandono, arrestos, penhoras, etc.?			
D) Passivos				
1	Existem novos empréstimos, emissões ou outros financiamentos, incluindo quaisquer novas restrições à distribuição de dividendos, ou acordos relacionados?			
2	Existem quaisquer passivos em disputa ou em contestação tais como reclamações de clientes, reclamações ou faturas de credores, fianças, garantias, questões fiscais?			
3	Existem novos ônus ou encargos sobre ativos?			
E) Litígios e Contratos				
1	Existem ações judiciais ou decisões sobre ações judiciais, pendentes?			



ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

QUESTIONÁRIO

		Sim	Não	Não aplicável
2	Existe qualquer renegociação ou alteração de preços em contratos, com o governo/estado?		✓	
3	Existem quaisquer instruções/ordens de entidades regulatórias ou de supervisão?		✓	
4	Decorrem ou são previsíveis quaisquer negociações sobre vencimentos ou greves?		✓	
F) Rendimentos e Tendências dos Resultados				
1	As vendas e tendências dos resultados da entidade apresentam variações em relação aos anos anteriores ou em relação ao respetivo sector de atividade?		✓	
2	Estão em desenvolvimento novas tendências no sector de atividade?		✓	
3	Existem aumentos ou diminuições significativas nos preços dos produtos da empresa?		✓	
4	Existem novas reservas/encomendas para, ou cancelamentos significativos de vendas?		✓	
G) Produtos e Custo dos Produtos Vendidos				
1	Verificam-se quaisquer aumentos significativos nos preços das matérias-primas? (ter em consideração os efeitos nos resultados)		✓	
2	Existem quaisquer desenvolvimentos em novos produtos ou em produtos substitutos?		✓	
H) Outros				
1	Verificam-se alterações nas políticas financeiras e contabilísticas, incluindo ajustamentos contabilísticos fora do normal?		✓	
2	Foram pagos ou encontram-se previstos quaisquer dividendos especiais?		✓	
3	Verificam-se alterações em elementos que foram contabilizados na base de dados preliminares ou Inconclusivos?		✓	
4	Ocorreram ou estão previstas vendas de ativos significativos?		✓	
5	Ocorreram ou estão previstas ofertas públicas de títulos, emissões de novas ações ou obrigações, ou acordos de fusão ou liquidação?		✓	
6	Ocorrerem quaisquer acontecimentos que ponham em causa a continuidade?		✓	

QUESTIONÁRIO RISCO DE FRAUDE

ANEXO II

Os objetivos do auditor são:

- (a) Identificar e avaliar os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude;
- (b) Obter prova de auditoria suficiente e apropriada quanto aos riscos avaliados de distorção material devido a fraude, por meio da conceção e implementação de respostas apropriadas; e
- (c) Responder apropriadamente à fraude ou suspeita de fraude identificada durante a auditoria.

Definições:

- (a) Fraude - Um ato intencional praticado por um ou mais indivíduos de entre a gerência, encarregados da governação, empregados ou terceiros, envolvendo o uso propositado de falsidades para obter uma vantagem injusta ou ilegal.
- (b) Fatores de risco de fraude - Acontecimentos ou condições que indicam um incentivo ou pressão ou proporcionam uma oportunidade para cometer fraude.

		Sim	Não	Não aplicável
A)	A estabilidade financeira ou a rentabilidade está ameaçada por condições económicas, operacionais ou do sector de atividade da entidade, tais como (ou como indicado por):			
1	Alto grau de concorrência ou de saturação do mercado, acompanhado por margens em declínio.		X	
2	Grande vulnerabilidade a alterações rápidas, nomeadamente evolução tecnológica, obsolescência do produto ou variação das taxas de juro.		X	
3	Declínios significativos na procura por clientes e aumento das falências quer no sector de atividade quer na economia em geral.		X	X
4	Prejuízos operacionais que tornam iminente a ameaça de falência, encerramento ou aquisição hostil.		X	
5	Fluxos de caixa operacionais negativos recorrentes ou incapacidade para gerar fluxos de caixa embora relatando ganhos e aumento dos ganhos.		X	
6	Crescimento rápido ou rentabilidade não usual, especialmente em comparação com outras empresas no mesmo sector de atividade.		X	
7	Novos requisitos contabilísticos, estatutários ou regulamentares.		X	
8	Existem fatores de risco relacionados com a estabilidade financeira ou a rentabilidade está ameaçada por condições económicas, operacionais ou do sector de atividade da entidade? Em caso afirmativo, detalhe.		X	
B)	Existe pressão excessiva para a gerência satisfazer os requisitos ou expectativas de terceiros devido			

QUESTIONÁRIO RISCO DE FRAUDE

ANEXO II

f
M

		Sim	Não	Não aplicável
ao seguinte:				
1	Expectativas de rentabilidade ou de uma certa evolução por parte de analistas de investimento, investidores institucionais, credores significativos ou outros terceiros externos (particularmente expectativas indevidamente agressivas ou irrealistas), incluindo expectativas criadas pela gerência, por exemplo através de comunicados à imprensa ou mensagens em relatórios anuais demasiado otimistas.		X	
2	Necessidade de obter financiamento adicional de dívida ou de capital para manter a competitividade, incluindo financiamento de dispêndios significativos em pesquisa e desenvolvimento ou em imobilizado.		X	
3	Capacidade marginal para satisfazer requisitos de admissão à cotação em bolsa ou de reembolso ou outros requisitos estipulados de dívida.		X	
4	Efeitos adversos, aparentes ou reais, do relato de fracos resultados em transações significativas pendentes, tais como concentrações de atividades empresariais ou adjudicação de contratos.		X	
5	Existem fatores de risco relacionados com a pressão excessiva para a gerência satisfazer os requisitos ou expectativas de terceiros?		X	
Em caso afirmativo, detalhe.				
C) A informação disponível indica que a situação financeira pessoal da gerência ou dos encarregados da governação está ameaçada pelo desempenho financeiro da entidade devido a:				
1	Interesses financeiros significativos na entidade.		X	
2	Partes significativas da sua remuneração (por exemplo gratificações, opções sobre ações e acordos de saída) são dependentes da consecução de metas agressivas quanto ao preço das ações, aos resultados operacionais, à posição financeira ou aos fluxos de caixa.		X	
3	Garantias pessoais de dívidas da entidade.	-	X	
4	Existe pressão excessiva sobre a gerência ou pessoal operacional para satisfazer metas financeiras estabelecidas pelos encarregados da governação, incluindo incentivos de vendas ou rentabilidade.		X	
5	Existem fatores de risco relacionados com a informação financeira pessoal da gerência ou dos encarregados da governação que estejam relacionados pelo desempenho financeiro da entidade? Em caso afirmativo, detalhe.		X	



RISCO DE FRAUDE

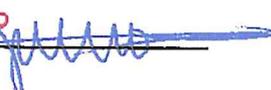
QUESTIONÁRIO

De V. Exas.

Atentamente,

Matosinhos, 03 de novembro de 2023


LEIXÕES SC FUTEBOL S.A.D.
Administração

Órgão de Gestão 



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **LEIXÕES SPORT CLUBE FUTEBOL, SAD** (a Entidade), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2023 (que evidencia um total de 1.306.557,04 euros e um total de capital próprio negativo de 8.624.421,20 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 870.390,11 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **LEIXÕES SPORT CLUBE FUTEBOL, SAD** em 30 de junho de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Com base na informação disponível, reportado ao período findo em 30 de junho de 2023, não nos é possível concluir quanto à plenitude das operações relacionadas com o “plantel” que se encontra reconhecido na rubrica de ativos intangíveis, nem dos passivos registados a eles associados, bem como a identificação de eventuais passivos contingentes que devem ser objeto de divulgação no Anexo, e dos correspondentes efeitos nos resultados do período e nos capitais próprios da Entidade.

Não nos foi possível confirmar os saldos das rubricas de terceiros, uma vez que não obtivemos prova suficiente na confirmação externa efetuada e os procedimentos alternativos de auditoria aplicados, não foram conclusivos, o que limita o âmbito dos nossos trabalhos.

Tendo de igual modo procedido à circularização dos advogados da Entidade, apenas rececionamos uma resposta, encontrando-se em falta uma outra, situação esta que constitui uma limitação ao nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC: 503 253 316 | CMVM: 20161443 | CROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt





Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Sem afetar a opinião acima expressa, importa referir que, evidenciando as contas da Entidade a perda de mais de metade do capital social e tendo em conta o disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, a aplicação do princípio da continuidade na preparação das referidas demonstrações financeiras pressuporia a recomposição dos capitais próprios da Entidade. Tal como divulgado no Relatório de Gestão e no Anexo, a Entidade encontra-se ao abrigo de um Processo Especial de Revitalização (PER), sendo que a normal prossecução da atividade da Entidade dependerá, em grande medida, do cumprimento do mesmo.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | CROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranchês Ferrão, n.º 10 - 6.º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 - 2.º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt





das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 03 de novembro de 2023

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.

Representada por:

Domingos Fernandes Cascais, ROC nº 1265
Registado na CMVM com o n.º: 20160876

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC: 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G
1600-001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da

LEIXÕES SPORT CLUBE FUTEBOL, SAD

Introdução

Nos termos da legislação em vigor, dos Estatutos da Entidade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório sobre a atividade por nós desenvolvida e o Parecer sobre os documentos de prestação de contas elaborado pelo Conselho de Administração da **LEIXÕES SPORT CLUBE FUTEBOL, SAD**, relativamente ao período findo em 30 de junho de 2023.

Responsabilidade do órgão de fiscalização

A nossa responsabilidade consiste em realizar os procedimentos considerados necessários, e descritos verificar o cumprimento das disposições constantes no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais. Para tanto, o referido trabalho incluiu, com a periodicidade e a extensão consideradas necessárias e aplicáveis, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento da evolução da atividade e da gestão da Entidade, através dos contactos mantidos com o Conselho de Administração da Entidade e com os demais serviços, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias, entendemos convenientes;
- Averiguámos a observância da lei e do cumprimento do contrato e estatutos da Entidade;
- Avaliação da eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno da Entidade, com a periodicidade e extensão consideradas necessárias e aplicáveis;
- Verificação da regularidade dos seus registos contabilísticos, documentos que lhe servem de suporte;
- Acompanhamento do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como a revisão legal das contas;
- Exame às demonstrações financeiras anexas, que compreendem balanço em 30 de junho de 2023 (que evidencia um total de 1.306.557,04 euros e um total de capital próprio negativo de 8.624.421,20 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 870.390,11 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício em referência preparado pelo Conselho de Administração e da respetiva proposta de aplicação de resultados nele incluída.

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA

CAPITAL SOCIAL: 45 000 € | NIPC: 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Albranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt



Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e departamentos da Entidade, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas por nós emitida, exprimimos a nossa concordância com os documentos de prestação de contas que nos foram apresentados, pelo que somos de parecer que a Assembleia Geral deve apreciar e poderá aprovar:

- o relatório de gestão e as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 30 de junho de 2023; e
- a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos serviços da Entidade o nosso apreço pela constante colaboração, que simplificou de forma significativa o exercício das funções do Fiscal Único.

Lisboa, 03 de novembro de 2023

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.

Representada por:

Domingos Fernandes Cascais, ROC nº 1265
Registado na CMVM com o n.º: 20160876

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA

CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIF: 593 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Albranches Ferrão, n.º 10 – 6º G
1600 - 031 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt